

FAMÍLIA E VELHICE: GERAÇÕES EM FOCO

Adriana de Oliveira Alcântara.

Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza, alcantara2002@yahoo.com.br.

RESUMO

A discussão aqui trazida é um recorte da pesquisa de doutorado intitulada *Da velhice da praça à velhice da roça: revisitando mitos e certezas sobre velhos e famílias na cidade e no rural*, cujo objetivo central foi analisar a velhice no contexto familiar, com ênfase na relação entre as gerações no convívio cotidiano, a partir de espaços não apenas geográficos, mas socialmente distintos. Discorro, assim, sobre a co-residência entre gerações num distrito nordestino, enfatizando que a família é um feixe complexo de relações muito distintas, no que diz respeito às diferentes posições ocupadas pelos indivíduos considerados como seus membros. Ódio e amor, convivência, abandono, cuidado e negligência são ações e sentimentos que variam ao longo do curso da vida e independem da proximidade em termos de consanguinidade ou de residência. Portanto, estabelecer qualquer relação fixa entre parentesco e cuidado na velhice é encobrir esse conjunto de relações.

Palavras-chave: Velhice, Família, Relações intergeracionais.

ABSTRACT

The discussion brought here is a doctoral research clipping titled *From old age of the square to the field of old age: revisiting myths and certainties about old and families in the city and in the countryside*, whose main objective was to analyze old age in the family context, with emphasis on the relationship between generations in everyday living, from not only geographical spaces but socially distinct. Speak thus on co-residence between generations in a northeastern district, emphasizing that the family is a complex of very different relationships beam, with regard to the different positions of individuals considered to be its members. Hate and love, coexistence, abandonment, and neglect are careful actions and feelings that vary over the course of life and independent of proximity in terms of consanguinity or residence. So establish any fixed relationship between kinship and care in old age is to cover up this set of relationships.

Keywords: Old age, Family, Intergenerational relations.

INTRODUÇÃO

A proposta desta pesquisa foi analisar a velhice no contexto familiar, com ênfase na relação entre as gerações no convívio cotidiano, a partir de espaços não apenas geográficos, mas socialmente distintos, isto é, numa cidade— Fortaleza, capital do Estado do Ceará — e num Distrito localizado ao Norte desse mesmo Estado.

Por meio da pesquisa de campo, fundamentada no trabalho etnográfico, discuti os dados que incitam a rever determinadas convenções em torno da família, da velhice e do modo como a oposição entre rural e urbano tem sido tratada, pois, na dinâmica de redefinição dessas relações, as experiências aqui trazidas revelam-se de tal modo heterogêneas, que bloqueiam a tentativa de padronizar seja a família, seja a velhice, como também o espaço em que se vive.

A antropologia contribui exaustivamente para desfazer convenções; quando lida com etnografias, a disciplina oferece contextos das particularidades e pensa a humanidade em seu conjunto, de modo a evitar posturas etnocêntricas. Comentando a mobilização da antropologia social no sentido de demarcar sua crítica ao ponto de vista etnocêntrico, Moura (1986) observa que, para estudar certo grupo, é imprescindível cercar-se das representações e das práticas sociais, mas convém não essencializar, de maneira que o sentido de diferentes modos de vida não seja deturpado por outros valores, como, por exemplo, os do pesquisador.

Partindo dessas premissas, é importante enfatizar que a pesquisa não se voltou a um universo homogêneo. Ao contrário: quando investigamos o papel do velho na família e a forma como se dá sua inserção nas relações intergeracionais, defrontamo-nos com uma diversidade de situações

merecedoras de aprofundamento, haja vista as transformações nos vínculos familiares e suas repercussões no cotidiano.

Enfatizo a dificuldade para classificar os meus interlocutores em chefes e não chefes ou “família de idosos” e “família com idosos”, tomando como base a definição do IBGE sobre “pessoa de referência do domicílio”, empregada no sentido de responsabilidade e de sustento da família. Embora de fundamental importância na definição do projeto que deu origem ao presente estudo, essa caracterização não atende às múltiplas dimensões socioantropológicas que envolvem a temática em questão, porque a realidade não se adéqua perfeitamente aos modelos estabelecidos.

Assim, o constructo de “família de idosos” e “família com idosos” é contingente, sendo impossível enquadrar as famílias de modo definitivo, uma vez que a vida real dos sujeitos é dinâmica e, portanto, não restrita a modelos. Apesar de ter-me orientado por esta tipologia, no decorrer do texto aponto a necessidade de flexibilizar o entremeio entre os modelos.

METODOLOGIA

A metodologia foi a qualitativa, com observação de comportamentos no local de moradia dos idosos e em atividades extrafamiliares das quais participavam. Além disso, entrevistas em profundidade, conversas informais, histórias de vida dos diferentes membros da família e história dos relacionamentos extrafamiliares foram realizadas com o objetivo de fazer uma descrição minuciosa das ações dos grupos e do significado das perspectivas que eles têm do que eles faziam. Ou melhor dizendo, para compreender o ponto de vista dos sujeitos pesquisados.

Foram selecionados aqueles com idade a partir de 60 anos ou mais de idade entre homens e mulheres, chefes e não chefes de família sendo estas compostas de no mínimo três gerações. No que concerne aos membros não idosos, o critério de seleção foi que estes participassem da vida de seus velhos de forma mais sistemática, isto é, que fossem mais presentes a fim de que pudessem responder as questões centradas nas trocas intergeracionais - foco desta pesquisa.

Assim sendo, grupo dos velhos foi composto por onze (11) mulheres, entre 62 a 80 anos e seis (06) homens na faixa de 67 a 86 anos de idade. Em relação aos familiares destes, entrevistei doze (12) mulheres e cinco (05) homens com idades entre 19 e 63 anos, cujos nomes que seguem são fictícios.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A tendência de boa parte da literatura é considerar que a instituição *família* é e sempre foi a garantia certa no amparo aos membros mais velhos, independentemente dos contextos sociais e dos períodos históricos. Dessa perspectiva, essa instituição é compreendida como natural, universal e imutável. Entender por esse viés é desconsiderar as novas configurações ou o contexto multidimensional que “coloca em xeque” a família nuclear.

Prepondera a ideia de que a família deve satisfazer as diversas necessidades do seu velho, sejam de ordem física, psíquica ou social e, principalmente, quando existe comprometimento com relação à autonomia e também à dependência (MORAGAS, 1997).

Entretanto, o discurso tradicional de que o amparo à velhice deve ser uma responsabilidade da família é hoje incerto, haja vista o contexto socioeconômico do País, sobretudo entre as gerações mais novas, em razão do enfrentamento das dificuldades na conquista de sua estabilidade, um dos motivos pelos quais o velho assume o orçamento familiar, não obstante as parcas aposentadorias.

É fundamental, assim, evitar qualquer postura generalizante acerca do conceito de velho e de como este vive, pois, no caso brasileiro, tanto é expressivo um grupo detentor de independência, no que concerne ao aspecto físico e econômico, quanto é real, também, a existência de uma parcela

desprovida de rendimento próprio e incapaz de lidar com as atividades diárias. Camarano (2006) observa que, em 2003, 3,5% dos velhos brasileiros eram incapazes de desempenhar as atividades básicas, como ir ao banheiro, andar e comer, 11% não dispunham de renda e 12% residiam com filhos e outros parentes.

Como argumenta Cabral (2002, p. 107), inexistiu um quadro nítido da configuração da família, quando se discutem arranjos familiares sob o foco da velhice – “não há unanimidade sobre o destino da família na sociedade futura”. A autora também aponta a valorização dessa instituição por parte do segmento idoso, os quais frequentemente se remetem à sua importância em suas falas. Assim, considera pertinente elucidar como se estruturam as famílias com a presença de velhos e a posição ocupada por estes na hierarquia familiar.

Na óptica de Wilmoth (2002), a qual se ampara no contexto norte-americano acerca do arranjo de vida de seus velhos, o local onde estes vivem e com quem coabitam são fundamentais para uma velhice bem-sucedida, visto a influência dessas condições no ambiente físico e social.

Passo agora, a deslindar, de maneira breve, a análise das relações familiares na minha pesquisa de campo em Jordão, distrito de Sobral-CE. Conhecer tantas outras histórias no âmago das trocas fez-me perceber que, mesmo diante de uma doação maior e constante — sobretudo econômica — por parte dos velhos aos seus familiares, verifiquei também o caráter bilateral nas formas de apoio, embora a recompensa a eles se consolide, na maioria das vezes, em uma retribuição diferente e não tão imediata como a ajuda do sustento diário.

Todos os velhos entrevistados recebiam aposentadoria rural e/ou pensão e, apesar de os valores serem considerados poucos, são esses

proventos a principal fonte de sustento do grupo, uma garantia certa, dispensando a dependência financeira dos filhos. É conveniente ainda lembrar que, além do amparo aos membros da unidade doméstica, os pais contribuem com os filhos que não moram com eles, seja em dinheiro ou alimento.

Paralelamente aos benefícios previdenciários, o Programa “Bolsa Família”, cuja contemplação é bem mais ampla do que na cidade, é de fundamental importância na sobrevivência dos grupos domésticos em situação de pobreza. Ressalto, também, a produção de alimento pelos interlocutores no espaço rural e a criação de animais, como forma de suprir as necessidades básicas, isentando-os de comprar.

Diferentemente dos pais, os filhos não se prendem ao trabalho no roçado, ficando, assim, em alguns casos, à mercê do amparo material daqueles. Carneiro (2008) comenta que, cada vez mais, as pesquisas qualitativas demonstram a vontade dos agricultores familiares de ver seus filhos inserirem-se em outras ocupações que não a agrícola. Entretanto, os relatos dos velhos de Jordão desviam-se dessa perspectiva.

Os velhos de Jordão levaram-me a refletir sobre uma situação inversa ao corriqueiro, ou seja, o amparo dos filhos pelos pais. A dependência alcoólica revelou-se um problema comum nas casas por onde estive. Não sem conflitos, a atitude dos mais velhos é de sustentar os jovens, visto que estes são desempregados. Pude ver, algumas vezes, os pais caminharem para o trabalho na roça, enquanto os filhos ficavam nos botecos.

Ainda com relação a este arranjo que foge ao esperado, Sr. Vitório, com 71 anos, provê integralmente o filho de 42 anos que, com problemas no joelho devido a um acidente de trabalho, ficou desempregado. Sr. Vitório, satisfeito com sua saúde, orgulha-se por continuar no trabalho da roça e não sentir dor alguma. Lembro-me também dos relatos de D. Heloísa, que mantém seu filho paraplético, e de D. Tércia, que tem o filho com problemas mentais. Como

pensar na família sem os seus velhos? A pesquisa leva a questionar em que medida e de que forma essa população é de fato, “dependente”.

Um dos interesses da pesquisa era saber se existia uma relação entre chefia e autoridade, ou seja, sendo os velhos responsáveis economicamente por seu grupo doméstico, teriam eles poder de decisão? Tal correspondência foi vista, mas coexistiam outras dinâmicas no cotidiano do grupo doméstico, o que me levou a ponderar uma diversidade de questões que impedem a afirmação de que haja uma univocidade entre chefia e autoridade ou de que os velhos desfrutem carinho e respeito dos familiares, em função dessa condição.

Embora o velho não tivesse renda, se detivesse a posse da casa, fazia valer sua posição na família. A divisão das despesas ou a assunção do orçamento por uma única pessoa, como também a idade avançada e o estado de saúde foram peculiaridades que apareceram como determinantes na configuração da organização e da convivência familiar.

Desse modo, falar em trocas intergeracionais na família é adentrar num universo variado ainda, posto o caráter transitório e a multidimensão dos arranjos nesta forma de apoio, a começar pela convivência de várias gerações, que pode traduzir-se em coresidência ou não, como bem lembra Camarano, autora à qual me refiro recorrentemente ao longo da pesquisa.

Assim, apreendi que a coresidência não é garantia de apoio e de trocas intensas entre gerações na família, pois os filhos apontados pelos velhos como aqueles com os quais possuíam uma relação mais próxima nem sempre moravam sob o mesmo teto.

Embora haja, em Jordão, aparelhos de TV modernos com controle remoto e DVD, quando eu perguntava se os velhos sabiam utilizar tais aparelhos, eles respondiam que os netos ou os filhos ligavam; e, quanto ao uso

de caixas eletrônicas (auto-atendimento), também não sabem operacionalizar, recorrendo assim, à fila destinada a eles. Com exceção de D. Tércia que, apesar da dificuldade, aderiu a um dos símbolos emblemáticos da modernidade:

A minha filha me deu um celular, comprou um pra ela e deu o que ela tinha. Eu não entendo muito não. Quem entende é a minha netinha; ela me ensina, ela sabe mais do que eu. A minha filha pergunta onde eu coloquei e eu digo que não sei. Ela diz que deu pra eu usar pra quando eu precisar e tudo. “Mãe, é pra você andar com ele, qualquer coisa você liga”. Eu já usei e acertei porque tem agenda e o nome da pessoa, a gente só faz apertar.

Peixoto e Clavairolle (2005, p. 57) apresentam uma análise interessante acerca do acesso aos recursos tecnológicos entre velhos e jovens:

As “novas tecnologias” sempre estiveram associadas à modernidade e, portanto, ao novo/recente/juventude, contrastando com o velho/antigo/velhice. No imaginário social, tudo acontece como se existisse uma incompatibilidade entre novidade e velhice. Vários estudos sobre o desenvolvimento de situações de interação entre pessoas de mais idade e objetos tecnológicos – em termos de necessidades e adaptações – têm analisado o lugar simbólico que ocupa a idade no discurso sobre o uso das novas tecnologias.

Na medida em que o velho deve integrar-se à sociedade, essa integração deve ser cuidadosa, para não ser passiva, no sentido de que os mais velhos interagem demonstrando que podem ser mais jovens (PONDÉ, 2001). Esta postura dá-se, especialmente, em função de uma sociedade que supervaloriza o novo e, como analisa Ferreira (1998), a imposição incontestada do novo sobre o antigo, do presente sobre o passado, causa o temor da velhice, num contexto historicamente marcado por intensas transformações.

Na imersão no passado, avaliam como tudo mudou para pior. Em suas falas, é unânime a percepção de que antes havia respeito, obediência, controle

e a “*criação era diferente*”. Criticam também o modo de vestir-se, os namoros, visto que, “*naquele tempo*”, para segurar a mão da moça era preciso estar noivo; enfim, são costumes os quais se chocam constantemente no convívio entre os velhos e os mais jovens (ALCÂNTARA, 2008).

Todavia, vale destacar que tais críticas são feitas em relação ao outro, isto é, às outras famílias, pois, quando se referem aos seus filhos e netos, o discurso muda, de maneira a confirmar obediência e preservação dos valores por eles passados:

Graças a Deus, aqui, eu ainda governo meus filhos; se eu disser que não vão pra tal parte, eles não vão mesmo não, tem que ficar em casa... Os meus filhos me obedece, ainda. Eu ainda governo. Hoje, os filhos não querem respeitar as mães, né? Os meus filhos não me dão desgosto não. Porque hoje, os meninos de 12 anos já tão com bebida na boca (D. Berenice, 62 ANOS).

[...] Aqui [Jordão] já tem droga! São os de fora que trazem e os daqui pegaram. Os meus netos é da igreja pra casa, é dos movimentos deles pra casa (D. Iêda, 68 ANOS).

Quanto aos filhos, frequentemente disseram-se gratos pela criação e pelo suporte obtidos, ressaltando o dever da retribuição para os pais, mormente no que diz respeito à velhice dependente. Sobre este assunto, questionam a ausência do “contradom”, ao reportar-se a outra realidade que não a da própria unidade doméstica: “*Como é que pode criar os filhos e quando é na velhice não é retribuído?!*”.

As relações de consanguinidade ou de afinidade são o primeiro recurso na busca de apoio dos mais velhos e dos mais jovens. Com exceção do apoio funcional, verifiquei que a ajuda prestada pelos velhos extrapola o caráter financeiro, somando, assim, o cuidado com os netos e com o trabalho da casa, assunto esse de destaque no corpo da análise.

Por outro lado, os filhos colaboram nos apoios instrumentais e funcionais, como ajudar nas tarefas domésticas, acompanhar nas saídas ao supermercado, ao banco e auxiliar nas atividades do autocuidado daqueles com saúde debilitada. Contudo, é relevante enfatizar que o tipo de cuidado exigido varia ao longo da vida, pois depende do grau de autonomia funcional; que falar de “filhos” é precisamente remeter a uma filha que assume solitariamente, sem a colaboração dos outros membros, a responsabilidade por esse cuidado.

Voltando ao aspecto da coresidência, é pertinente reiterar que essa condição não é critério absoluto para a existência das trocas intergeracionais e, portanto, mesmo não morando sob o mesmo teto, ambas as gerações convivem solidariamente, seja através do apoio material, funcional ou emocional. Hoje, morando com os pais, Laura lembra de sua preocupação de outrora: aos 16 anos, foi viver com o ex-companheiro, deixando os pais sozinhos, numa situação de penúria e periculosidade – isolados num casebre sem eletricidade, localizado no aterro sanitário de Jordão. Paralelo a esse problema, os pais ainda enfrentavam o incômodo dos dois filhos alcoólatras, os quais apareciam pela madrugada, ameaçando arrebentar a porta e atirar no pai.

CONCLUSÃO

A definição instituída de “chefe da família” e a forma como os sujeitos se organizam em função da renda não convergem sempre para uma relação na qual se configura o provedor como o detentor de poder e seus dependentes na condição de submissos. Peixoto e Luz (2007) apontam que, apesar de algumas mães viúvas responsabilizarem-se pelas despesas e serem proprietárias da casa, perdem sua independência quando passam a abrigar, por exemplo, os filhos com dificuldade financeira.

Os resultados que analiso colidiram, sobremaneira, com a recorrente associação entre velhice e dependência, dependência esta no sentido econômico. Lopes (2008) atenta para o fato de as relações intergeracionais caracterizarem-se pela troca de suporte social; com respeito aos velhos, quando estes necessitam de algum auxílio, recorrem, na maioria das vezes, aos filhos. Contudo, em decorrência da conjuntura socioeconômica atual e da universalização do direito à aposentadoria, os pais garantiram melhor estabilidade e passaram a amparar mais seus descendentes em termos materiais.

Penso que, independentemente do mercado formal de empregos, as categorias nucleantes *terra, família e trabalho*, que não se desvinculam umas das outras e que Woortmann (1990) analisa como intrínsecas às sociedades camponesas, tornam compreensiva a percepção dos senhores e das senhoras de Jordão em torno da vida associada ao valor-trabalho, cuja falta representa sua morte social. Amparo-me na canção: *e sem o seu trabalho um homem não tem honra e sem a sua honra se morre, se mata...*

As limitações físicas constituem o grande impedimento para a continuidade do trabalho e, diante da impossibilidade deste, a velhice é evidenciada e reconhecida, apesar de o ritmo da mente ser incompatível com o do corpo. Não foi raro ouvir dos filhos suas contestações pelo fato de os pais insistirem com o trabalho na roça, visto “*não terem mais idade para isso*”.

Todavia, vale distinguir autonomia de independência, ao ponderar o estado de saúde. A autonomia refere-se à capacidade mental ou intelectual que o indivíduo possui para decidir, livre de terceiros. Porém, essa mesma pessoa, usufruindo de tal aptidão, pode ter limitações físicas para a realização de suas atividades e, impossibilitada de agir sozinha, torna-se dependente de alguém, para, por exemplo, fazer o saque mensal da aposentadoria.

Esta situação foi percebida, mormente entre aqueles com idade mais avançada. Entretanto, não quero afirmar com isso que exista uma correspondência direta entre ter mais de 60 anos e dependência, pois, como a pesquisa mostrou, vitalidade não é atributo exclusivo dos mais jovens.

Em Jordão, em função do desemprego dos filhos, do fato de os demais morarem próximos à casa dos pais e também de os netos (em sua maioria, crianças) estudarem a pouca distância, o encontro da família extensa é mais intenso. Assim, bem mais do que na cidade, no interior, pude ver as três gerações reunidas, durante as minhas visitas.

Conviver com a velhice suscita nos não velhos o medo da dependência e opera, assim, uma identificação com o outro – com o velho que cada um será. Ao reportarem-se às fragilidades específicas dessa fase, tomavam os seus pais como modelos, ao vislumbrar sua própria velhice num tempo futuro.

Foi notável a associação entre velhice e infância, como, ainda, a imagem naturalizada do velho ligada às atitudes de teimosia, percepção essa de forte influência nas tomadas de decisão, a exemplo da rejeição às prescrições médicas.

Ainda falando em homogeneidade, utilizo a expressão de Cândido (1964) “utopia retrospectiva”, para retratar as representações dos velhos sobre a contemporaneidade, contrapondo-a ao passado, isto é, confrontando épocas distintas vividas por eles. Em suas comparações, referem-se, especialmente, à obediência dos filhos aos pais, cuja autoridade era sentida até mesmo no olhar, sem precisar de palavras; enfim, valores de outrora considerados melhores, que não se fazem mais presentes. Resumindo, no relato do Sr. Edson: “*Os pais não dão mais educação pros filhos como era pra dar. Tudo é diferente! O*

mundo é desse jeito porque os filhos não obedecem os pais, não têm mais moral com o filho nem nada”.

Esse saudosismo, sustentado recorrentemente nas nossas conversas sobre família, faz com que critiquem a excessiva liberdade dada pelos pais, os modos de vestir, de namorar e a falta de respeito para com os mais velhos. Contudo, é uma censura que, notadamente, é voltada ao outro; ou, melhor dizendo, a uma outra família, sendo preservada a unidade doméstica de quem repudia os valores das novas gerações. Mais uma vez, vale expressar a argumentação por meio da fala de uma interlocutora: *“Mudou demais, porque naquela época os filhos respeitavam os pais... Agora, a gente não pode generalizar; lá em casa, graças a Deus, eles são todos controlados”.*

É importante, entretanto, observar que essas pessoas não vivem presas tão somente ao “antigamente” ou ao “no meu tempo”. É interessante rever que os velhos não estão congelados no passado, uma vez que leem, assistem à televisão, participam de grupos de convivência, exercem considerável influência na vida familiar; enfim, existe uma integração na vida cotidiana.

Os jordanienses, ao referirem-se a seus lugares, concentraram também suas falas nesse período, marcado pela chaga da fome e da pobreza e, diante desse passado, julgam que hoje se encontram melhor. Desse modo, muitas vezes, a memória familiar é acionada para filhos e netos, a fim de comparar tempos tão distintos, evidenciando, nas suas narrativas, o favorecimento dos mais jovens.

Finalizando, cabe mencionar a importância de um olhar crítico sobre as convenções do que sejam “família”, “velho”, “urbano” e “rural”, de modo a recompor o tratamento dado a essas categorias e contextualizá-las social, cultural e historicamente.

REFERÊNCIAS

MOURA, Margarida. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

MORAGAS, Ricardo. **Gerontologia social**. São Paulo: Paulinas, 1997.

CAMARANO, Ana Amélia. Mecanismos de proteção social para a população idosa. In: RIOS-NETO, Eduardo Luiz Gonçalves (Org.). **A população nas políticas públicas: gênero, geração, raça**. Brasília: CNPD; UNFPA, 2006.

CABRAL, Benedita Edina da Silva Lima. **Recriar laços: estudo sobre idosos e grupos de convivência nas classes populares paraibanas**. 2002. 262 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas, SP.

WILMOTH, Janet. Arranjos de vida de idosos nos Estados Unidos. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 4, n. 7, p.136-155, jan./jun. 2002.

CARNEIRO, Maria José. “Rural” como categoria de pensamento. **Ruris**, v. 2, n. 1, p. 9-38, 2008, Campinas, SP.

PEIXOTO, Clarice Ehlers; CLAVAIROLLE, Françoise. Envelhecimento e novas tecnologias. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers; CLAVAIROLLE, Françoise. (Org.). **Envelhecimento, políticas sociais e novas tecnologias**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 57-128. (Coleção Família, Geração e Cultura).

PONDÉ, Luiz Felipe. Envelhecimento, genética e bioética. **Kairós** — PUC, São Paulo, v. 4, p.193-250, 2001. Mesa-redonda.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Memória e velhice: do lugar da lembrança. In: BARROS, Myriam Moraes Lins de (Org.). **Velhice ou terceira idade: estudos antropológicos sobre identidade e memória e política**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ALCÂNTARA, Adriana de Oliveira. Relações intergeracionais e educação: memórias em ação. **Revista de Ciências da Educação**. n.19, p.77-102, 2008.

PEIXOTO, Clarice Ehlers; LUZ, Gleice Mattos. De uma morada à outra: processos de re-coabitação entre as gerações. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 29, 2007. p. 171-179.

LOPES, Ewellyne Suely de Lima. Relações intergeracionais. In: NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Palavras-chave em gerontologia**. 3. ed. Campinas, SP: Átomo e Alínea, 2008. p. 175-178.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. **Anuário antropológico/87**. Brasília: Editora da UnB, 1990.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do rio bonito**: estudo sobre o caipira e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.